

SEGURANÇA EM PAUTA



Pauta prioritária do governo Lula, a PEC da Segurança entra em votação na Câmara dos Deputados sob a expectativa de se tornar um marco no combate à criminalidade do país. Entre as medidas previstas na proposta, está a integração das ações da União, com estados e municípios, para enfrentar a violência de forma coordenada.

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 04 de março de 2026 Nº 226

Banco Master: Vercaro mantém
estrutura de intimidação de pessoas

Ataques ao Irã não indicam
guerra global, avalia professor

Desembargadora Andréa Pachá analisa
aumento de feminicídios no país

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA



ACOMPANHE : [/FundacaoPerseuAbramo](https://www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo)



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Brenno Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraze,

Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

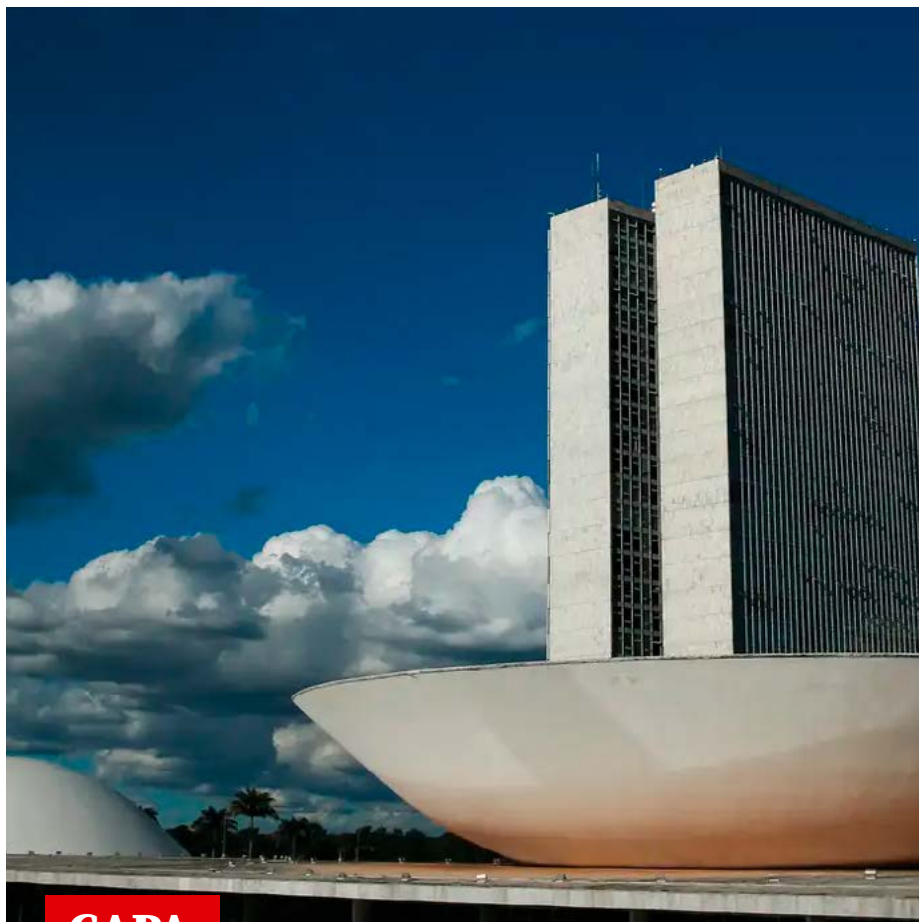
CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

PEC da Segurança será votada na Câmara com alterações no texto original. **pág. 04**

Com aprovação na Câmara, PEC da Segurança segue para o Senado

pág. 06

BRASIL

Tragédia em MG já soma 64 mortos e mais de 4 mil desabrigados em função das chuvas

pág. 08

Caixa antecipa Bolsa Família para vítimas das chuvas em MG

pág. 10

Golpes financeiros crescem nas redes; estudo aponta responsabilidade da Meta

pág. 12

Tragédia em MG: Zema cortou 96% da verba de combate às chuvas em dois anos

pág. 14

Área ocupada por favelas quase triplicou em 40 anos no Brasil

pág. 16

MEC anuncia construção de 117 escolas indígenas no Brasil

pág. 17

Prouni 2026: resultado da segunda chamada já está disponível

pág. 18

SUS inicia teleatendimento gratuito para quem tem compulsão por bets

pág. 19

Governo divulga planejamento para enfrentar incêndios em 2026

pág. 21

ENTREVISTA

Andréa Pachá - “A gente não pode dormir com um barulho desses”

pág. 22

POLÍTICA

Projeto que garante divulgação do Ligue 180 em notícias sobre violência contra a mulher avança no Congresso

pág. 26

Vorcaro mantinha estrutura de intimidação de pessoas, cita ministro

pág. 27

INTERNACIONAL

Ataques ao Irã ampliam tensão internacional, mas não indicam guerra global, avalia professor

pág. 29

Conflito no Oriente Médio pode alterar mercado de óleo e gás

pág. 31

Tráfico de pessoas no Sudeste Asiático coloca brasileiros em risco

pág. 32



PEC da Segurança será votada na Câmara com alterações no texto original

Após cancelamento da passagem pela Comissão Especial, texto será debatido em plenário nesta quarta-feira (4); discussão sobre redução da maioria penal fica de fora

Redação Focus Brasil

Nesta quarta-feira (4), está prevista a votação da PEC da Segurança na Câmara dos Deputados. A proposta de emenda à Constituição será apreciada sem o trecho que dá margem à redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

A retirada do tema foi anunciada após um acordo durante reunião de líderes com o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB),

que ocorreu durante a tarde. A proposta pulou a etapa da comissão especial e irá direto para o debate no plenário.

O trecho para ampliar a punição a crimes cometidos por menores de idade não constava no texto original da PEC, e foi incluído pelo relator da matéria na Câmara, o deputado Mendonça Filho (União-PE).

“Incluir a discussão de maioria penal na PEC da Segurança Pública foi uma tentativa de desviar do seu objetivo central, que é combater o crime organizado. Recolocar o foco na implementa-

ção do Sistema Único de Segurança Pública, conforme proposto pelo governo do presidente Lula, com garantia de recursos para a União desenvolver ações nacionais estruturantes contra o crime organizado foi uma vitória”, diz a deputada federal Adriana Accorsi (PT-GO).

Em coletiva de imprensa, o relator da PEC na Câmara afirmou que a questão poderá ser tratada em uma matéria à parte. O Palácio do Planalto e a bancada da esquerda estão posicionados de forma contrária à medida.

“A PEC busca integrar melhor



as ações da União, dos estados e dos municípios, fortalecer o combate ao crime organizado e garantir mais estabilidade de recursos para as políticas de segurança e para o sistema prisional. Ou seja, é uma proposta que tenta organizar o funcionamento do Estado para enfrentar a violência de forma mais coordenada. Sobre a redução da maioria penal, como esse assunto acabou gerando um impasse e poderia travar a votação, foi construído um acordo para retirar do texto neste momento. Assim, a proposta pode avançar no que é estrutural para melhorar a segurança pública, enquanto esse outro tema continua podendo ser debatido em outras discussões no parlamento”, comenta a deputada federal Ivo neide Caetano (PT-BA).

A decisão de Mendonça Filho de retirar a questão da maioria penal do texto vem após pressão de Motta, da situação e do governo. Na tarde de terça-feira (3), houve uma reunião com as bancadas do PT, PSOL, PCdoB e Rede com o relator. Após o impasse sobre a permanência da proposta de redução da maioria, a sessão na Comissão Especial foi cancelada e o relator foi chamado para discutir o assunto na residência oficial.

Versão encaminhada por Lewandowski

A versão original da PEC da Segurança, idealizada pelo ex-ministro Ricardo Lewandowski, ampliava as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, rebatizada como Polícia Viária Federal, e da Polícia Federal no combate ao crime e incluía o projeto do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e os fundos nacionais de financiamento para o setor.

Em dezembro, Mendonça apresentou um relatório com mudanças drásticas em relação à versão original, em uma espécie de mistura do projeto de lei antifacção, que estava em tramitação no Senado. O texto do deputado, que desconfigurou o de Lewandowski, previa reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, endurecer as penas de faccionados e blindagem dos Estados contra a influência da União para direcionar políticas públicas.

Sobre o texto

A proposta aponta que uma lei definirá agravantes nos casos de atuação de organizações criminosas de alta periculosidade. Dentre as restrições, estão a obrigato-

riedade de prisão em estabelecimento de segurança máxima, expropriação dos bens econômicos e restrição de conversão de pena em outras medidas.

A PEC atribui de forma expressa à Polícia Federal (PF) o combate a crimes cometidos por organizações e milícias privadas com repercussão interestadual ou internacional. E também aborda a ampliação das competências da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para atuação em hidrovias e ferrovias. Há também a menção à criação das polícias municipais comunitárias, organizadas em carreiras, para a realização de ações de policiamento ostensivo e comunitário.

Na proposta original, o Executivo quer pelo menos 50% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança para a União, o que pela redação da proposta não está garantido.

Na versão do governo federal, a proposta também coloca na Constituição o SUSP, sistema que tem como objetivo integrar o combate ao crime organizado entre os entes. Esse trecho foi retirado pelo relator, que passou a prever uma atuação descentralizada, outro ponto de atrito.

Com aprovação na Câmara, PEC da Segurança segue para o Senado

Com redução da maioria penal retirada do substitutivo, governo avalia como positivo maior investimento na área e integração entre os poderes federativos



Kayo Magalhães - Câmara dos Deputados

Redação Focus Brasil

A Proposta de Emenda à Constituição nº 18/25, conhecida como PEC da Segurança Pública, foi aprovada, em segundo turno, pelo plenário da

Câmara na noite desta quarta-feira (4) por 461 votos a 14. No primeiro turno, a votação registrou 487 votos a favor, 15 contrários e uma abstenção. A PEC segue agora para análise e votação pelos senadores.

A proposta, iniciativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segue agora para o Se-

nado, após amplo diálogo entre o Executivo, o Congresso e diferentes bancadas.

O texto, do qual foram retirados temas que não constavam na proposta original, como a redução da maioria penal, permitirá o enfrentamento de um dos maiores problemas do país, a segurança pública.

Na avaliação do presidente da Câmara, Hugo Motta (República- PB), a aprovação foi resultado de diálogo e equilíbrio, “convergindo na vontade de ter um país mais seguro para todos os brasileiros”.

Com a aprovação, um dos temas centrais da discussão poderá ser viabilizado: a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que integra a atuação da União e dos estados no combate ao crime organizado e garante mais recursos para o setor.

Em suas redes sociais, o presidente Lula se manifestou pontuando que a aprovação da PEC “prepara o país para combater de forma ainda mais firme e eficaz o crime organizado”. O presidente afirmou: “com o Sistema Único de Segurança Pública garantido na Constituição, Estados, Municípios e a União terão melhores condições para atuar de modo conjunto, eficiente e organizado, assim como agem hoje no SUS. E contarão com mais orçamento para isso, com recursos provenientes das Bets”. Ele também agradeceu ao presidente Hugo Motta pelo diálogo estabelecido.

Segundo parlamentares da bancada do PT, a aprovação da PEC representa um passo relevante para modernizar a governança da segurança pública no Brasil, fortalecer as instituições e ampliar a cooperação federativa no combate ao crime organizado.

“O texto aprovado fortalece o combate às organizações criminosas com mais tecnologia e união entre os estados e o governo federal. É um passo decisivo para garantir a paz e a confiança que a nossa sociedade merece”, afirmou o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE).

Guimarães reforçou que a aprovação da PEC da Segurança Pública consolida uma “vitória

política” do governo após quase um ano de negociações – a proposta foi encaminhada ao Congresso em abril de 2025. “A proposta garante as competências estaduais e estabelece uma coordenação nacional pactuada entre os entes federados”, citou o líder.

“A PEC da Segurança foi aprovada e representa um avanço histórico para o Brasil. O governo do presidente Lula decidiu fazer o que muitos evitavam: colocar o governo federal para atuar de verdade na segurança pública”, disse o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ).

Arrecadação a partir das bets

Entre outros pontos, o texto aprovado prevê a destinação de dinheiro arrecadado com as bets (loterias por quota fixa) para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Gradativamente, 10% dos recursos arrecadados com essas apostas serão direcionados a esses fundos no período de 2026 até 2028 até totalizar 30%, permanecendo esse montante daí em diante.

No entanto, antes de calcular essa reserva, do total arrecadado deverão ser descontados os valores dos prêmios, do Imposto de Renda sobre eles e o lucro bruto das casas de apostas.

Combate à impunidade

A proposta aponta que uma lei definirá agravantes nos casos de atuação de organizações criminosas de alta periculosidade. Dentre as restrições, estão a obrigatoriedade de prisão em estabelecimento de segurança máxima, expropriação dos bens econômicos e restrição de conversão de pena em outras medidas.

A PEC atribui de forma ex-

pressa à Polícia Federal (PF) o combate a crimes cometidos por organizações e milícias privadas com repercussão interestadual ou internacional. E também aborda a ampliação das competências da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para atuação em hidrovias e ferrovias. Há também a menção à criação das polícias municipais comunitárias, organizadas em carreiras, para a realização de ações de policiamento ostensivo e comunitário.

SUSP

A proposta estabelece que o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado pela Lei 13.675/18, passa a fazer parte da Constituição Federal com quatro diretrizes para a cooperação federativa:

- atuação em força-tarefa intergovernamental (entre diferentes esferas de governo) ou interinstitucional (entre diferentes instituições), admitida a participação do Ministério Público;
- sistemas que conversam entre si (interoperabilidade);
- compartilhamento de informações;
- atuação articulada e cooperativa entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na produção e no intercâmbio de provas, informações de interesse da prevenção, investigação ou da instrução criminal, nos termos da lei.

Todos os órgãos de segurança pública listados na Constituição devem prevenir e reprimir as infrações praticadas por organizações criminosas de qualquer natureza, milícias privadas e contra o meio ambiente, na forma da lei.

*com informações da Agência Câmara e Agência PT.



Tragédia em MG já soma 64 mortos e mais de 4 mil desabrigados em função das chuvas

Vítimas dos deslizamentos e enchentes se concentram nas cidades de Juiz de Fora e Ubá; Governo Federal amplia ações de suporte à população

Redação Focus Brasil

Os deslizamentos e enchentes causados pelas fortes chuvas que atingem a Zona da Mata de Minas Gerais desde segunda-feira (23) já causaram 64 mortes (58 em Juiz de Fora e seis em Ubá), além de 4 mil desabrigados, segundo o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CBMG) na manhã desta sexta-feira (27).

Ao menos outras três pessoas seguem desaparecidas.

As condições meteorológicas para os próximos dias geram novas preocupações. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) a previsão é de novas chuvas intensas até às 23h59 desta sexta-feira (27) e ventos que podem chegar a 100 km/h. Há grande risco de corte de energia elétrica, queda de árvores, desli-

zamentos e alagamentos.

O instituto informa que fevereiro de 2026 é um dos meses mais chuvosos dos últimos anos em Minas Gerais, principalmente nas regiões Centro-Sul e Oeste do estado. No Noroeste e Norte do estado, nas regiões de Jequitinhonha e Mucuri, as chuvas foram menos recorrentes, mas o total de chuva, até o momento, já superou a média para o mês.

O principal destaque é Juiz de Fora, que registrou, apenas entre os dias 22 e 24, total de chuva de



229,9 milímetros (mm). No mês, até a manhã da terça-feira (24), o acumulado de chuvas na cidade é de 579,3 mm, volume 240% acima da média climatológica de fevereiro: 170,3 mm.

A prefeita de Juiz de Fora (MG), Margarida Salomão, afirmou, nesta sexta-feira (27), que uma em cada quatro pessoas da cidade mora em área de risco e que é preciso fazer intervenções por todo o município para evitar novas tragédias. Além disso, especialistas têm alertado que a tragédia vai muito além da força das águas: é resultado direto da negligência humana e do corte de verbas destinadas à prevenção. Para se ter ideia, o governador Romeu Zema reduziu em 96% (R\$ 135 milhões para R\$6 milhões) a verba para a realização de obras que poderiam ter reduzido os impactos das chuvas em MG.

Ações do Governo Federal

Na terça-feira (24) o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, fez um balanço das ações do Governo do Brasil. “A primeira tarefa é sempre salvar vidas. A primeira tarefa é a Defesa, as Forças Armadas, a logística, tropa, viatura, apoio ao Corpo de Bombeiros, à Saúde e à equipe da Força Nacio-

nal do SUS. É salvar vidas. Depois, abrigar quem está desabrigado. Então, vamos fazer todo esse trabalho. E a gente faz muito integrado com as prefeituras e com o governo do Estado. Em seguida, é recuperar, ajudar as famílias a se recuperarem e também a infraestrutura dos municípios”, apontou.

Alckmin também destacou que o Ministério do Desenvolvimento Social liberará recursos de R\$ 800 por pessoa desabrigada. “Nós temos centenas de pessoas desabrigadas. Por isso, destinamos esse valor para a prefeitura comprar colchão, mantimento, roupa, enfim, para apoiar. Para as famílias, será antecipado o pagamento do Bolsa Família e do BPC”.

Outra ação do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, foi a liberação de mais R\$ 2 milhões para as cidades. Com isso, até o momento, já são R\$ 5,4 milhões para o estado investir em ações de resposta imediata aos efeitos das chuvas e enchentes.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também anunciou medidas relativas à cobrança da dívida ativa da União para contribuintes de municípios da Zona da Mata. A principal delas é a prorrogação do vencimento de parcelas de programas de negociação administrados pela

Procuradoria. Os pagamentos com vencimento original em fevereiro de 2026 foram postergados para 30 de maio. Já as parcelas que venceriam em março de 2026 poderão ser quitadas até 29 de junho. A prorrogação não se aplica a débitos do Simples Nacional, que serão tratados por ato do comitê gestor.

Saque do FGTS

A partir desta sexta-feira (27), moradores das cidades de Juiz de Fora, Matias Barbosa e Ubá – cidades mineiras afetadas pelos temporais – também poderão solicitar o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O valor a ser retirado é limitado a R\$ 6.220.

De acordo com a Caixa, a solicitação pode ser feita pelo Aplicativo FGTS.

É necessário ter saldo na conta do FGTS e não ter feito saque pelo mesmo motivo (calamidade) em menos de 12 meses.

Doações

A Caixa informou que, junto com a ONG Moradia e Cidadania, irá arrecadar recursos para famílias afetadas pelos temporais. As doações podem ser feitas por meio de depósito em conta ou Pix (Chave: 31999910733).

O site Para Quem Doar é outra opção para quem quer ajudar as vítimas. Nele há uma lista de organizações confiáveis que atuam diretamente na região atingida. Todas as instituições são cadastradas e possuem dados seguros para que o doador não caia em golpes ou fraudes.

Clique aqui para doar

As doações financeiras também podem ser feitas exclusivamente por meio da campanha oficial SOS Águas, coordenada pelo Servas.



Caixa antecipa Bolsa Família para vítimas das chuvas em MG

As ações também incluem condições facilitadas de crédito e renegociação para pessoas físicas e jurídicas nas cidades em situação de emergência na Zona da Mata

Redação Focus Brasil

A Caixa Econômica Federal anunciou um pacote de medidas para apoiar moradores e empresas afetados pelas enchentes na Zona da Mata mineira. As ações incluem a antecipação do Bolsa Família e condições facilitadas de crédito e renegociação para pes-

soas físicas e jurídicas nas cidades em situação de emergência.

Bolsa Família antecipado

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o banco vai liberar o pagamento do Bolsa Família já no primeiro dia do calendário do programa para todos os beneficiários dos municípios atingidos.

O valor estará disponível a partir de 18 de março, medida que também valerá para abril, garan-

tindo continuidade da proteção social às famílias impactadas.

Confira os detalhes do pacote de medidas

Habitação: pausa e renegociação

Clientes com financiamento habitacional poderão pedir:

- Pausa de até seis meses nas prestações, pelo aplicativo Habitação Caixa;

- Incorporação das parcelas vencidas ao saldo devedor, com diluição no prazo restante do contrato;
- Manutenção das condições originais de juros e prazo.
- Todos os contratos contam com seguro obrigatório de Danos Físicos ao Imóvel (DFI) e Morte ou Invalidez Permanente (MIP).

Centrais de atendimento para Seguro Residencial

- Caixa Seguradora 0800-274-1000, para contratações até 14/02/2021;
- Caixa Residencial: 0800-722-4926 (assistência) e 0800-722-4923 (sinistros), para contratações a partir de 15/02/2021.

Centrais de atendimento Seguro Obrigatório de morte e invalidez permanente do mutuário (MIP) e de danos físicos ao imóvel (DFI):

- Caixa Seguradora: 0800-274-1000 e WhatsApp 0800-749-2020, contratações até 14/02/2021;
- Caixa Residencial: 0800-722-4923 ou WhatsApp (11) 99506-9519, contratações a partir de 15/02/2021;
- Too Seguros: 0800-775-9191, WhatsApp (11) 99400-3326, ou no site da seguradora;
- American Life: 0800-949-8080
- Tokio Marine: 0800-318-6546

Medidas para pessoas físicas

Penhor:

- Dispensa automática de encargos por atraso na renovação por 90 dias;

- Suspensão de leilão das garantias enquanto durar o decreto de emergência.

Empréstimo pessoal e renegociação:

- Pausa de até três parcelas.

Consignado:

- Possibilidade de ajuste de prazo e revisão de juros, conforme contrato.

Cesta de serviços:

- Isenção de mensalidade por três meses, para quem não tiver outro benefício ativo.

Condições para empresas:

Financiamentos e capital de giro:

- Pausa de até três meses em contratos de investimento, capital de giro e microcrédito.

Girocaixa Fácil:

- Até 30 meses para amortização;
- Prazo pode chegar a 60 meses, conforme garantia.

Máquinas e equipamentos:

- Até seis meses de carência;
- Até 60 meses para pagamento.

CDB Flex ou Progressivo para micro e pequenas empresas (MPE):

- Flexibilização para resgate de aplicações, se não houver bloqueios.

Crédito rural

Pessoa física (produtor rural):

- Prorrogação de vencimentos em caso de frustração de safra;

- Possibilidade de novos contratos mesmo com prorrogações ativas.

Pessoa jurídica (produtor rural):

- Cooperativas e agroindústrias afetadas podem solicitar alongamento e prorrogação de prazo, mediante comprovação.

Medidas para hospitais

Santas Casas e hospitais filantrópicos ou não filantrópicos poderão solicitar:

- Pausa de até 12 meses nas prestações;
- Incorporação das parcelas ao final do contrato ou pagamento apenas de juros, conforme modalidade.

Atendimento em Matias Barbosa

- Caminhão-agência da Caixa está em operação no município de Matias Barbosa;

Local: Praça Central Peter H. Birkeland;

Horário: 10h às 16h.

Canais de atendimento

- Alô CAIXA: 4004-0104 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-104-0104 (demais regiões);
- Aplicativos: Caixa Tem, Habitação Caixa e FGTS;
- Internet Banking pelo site oficial da Caixa.
- As medidas valem para municípios da Zona da Mata mineira com decreto de situação de emergência reconhecido.



Golpes financeiros crescem nas redes; estudo aponta responsabilidade da Meta

Aumento de vítimas no Brasil pressiona plataformas por mais segurança contra golpes financeiros; governo federal cria pacto nacional contra fraudes bancárias digitais

Henrique Nunes

Preocupado com as contas vencendo na fábrica de camisetas, o empresário Renato Diniz recorreu à internet em busca de empréstimo. Em pouco tempo, anúncios passaram a ocupar suas redes sociais. Um deles, com identidade visual da Caixa Econômica Federal, oferecia dinheiro imediato, juros abaixo do mercado e carência de 90 dias para começar a pagar: bastava antecipar uma taxa administrativa.

Diniz fez o Pix. Minutos depois, foi bloqueado no WhatsApp por quem negociava o suposto crédito. Tornou-se mais uma vítima de um tipo de fraude que se espalha pelo país: os golpes financeiros digitais.

A vítima está longe de estar em caso isolado, no entanto. Um

levantamento realizado pelo Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (NetLab/UFRJ) identificou 1.770 anúncios de golpes envolvendo serviços financeiros populares, como Pix, Receita Federal e o Valores a Receber, circularam entre 10 e 21 de janeiro de 2025 nas plataformas da Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp.

A maioria dos anúncios utilizava técnicas de inteligência artificial e, em alguns casos, deepfakes (vídeos ou imagens manipulados por inteligência artificial) com a imagem de autoridades públicas, como o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para dar aparência de legitimidade às ofertas fraudulentas, segundo o NetLab.

Os conteúdos direcionavam usuários para páginas falsas que imitavam sites oficiais do governo, com uso indevido de logotipos da Caixa Econômica Federal, Receita Federal do Brasil e Banco

Central do Brasil. “Tudo no site que acessei imitava a página oficial da Caixa. Olhando rápido, não tinha como diferenciar o falso do original”, relatou Diniz.

Outro golpe em expansão é o da falsa venda de produtos pela internet. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), foram registradas 174 mil ocorrências no primeiro semestre de 2025 — aumento de 314% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nessa modalidade, criminosos criam páginas que simulam lojas virtuais, enviam promoções inexistentes por mensagem e utilizam perfis adulterados de estabelecimentos nas redes sociais.

Estudo aponta responsabilidade da Meta

Ao identificar que os golpes circularam por meio de publicidade paga nas plataformas da Meta, o levantamento da NetLab deslo-

ca a discussão do campo da simples “falha de moderação” para o terreno econômico. Não se trata apenas de conteúdo publicado por usuários, mas de anúncios impulsionados que passaram por sistemas internos da empresa e geraram receita.

Segundo a pesquisa, o funcionamento dos golpes nas redes sociais segue uma engrenagem simples. Após o clique em um link fraudulento, o Instagram ou o Facebook carregam a página falsa dentro do próprio aplicativo. Se o usuário fecha a aba, retorna automaticamente ao feed, o que reforça a sensação de segurança.

“A fraude acontece há uma década nas plataformas da Meta, e a empresa não faz nada para coibi-la. Pelo contrário: ela facilita os golpes e lucra com o impulsionamento desses conteúdos criminosos”, aponta o estudo da NetLab.

A pesquisa aponta, ainda, que a plataforma não divulga informações detalhadas sobre os anunciantes e se beneficia de lacunas na legislação brasileira para evitar responsabilização direta. “Ferramentas de transparência são pouco eficientes. Os dados são incompletos e as plataformas não têm obrigação legal de oferecer dados melhores”, registra a pesquisa.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado no Senado questionou a Meta, em 24 de fevereiro, sobre eventuais ganhos econômicos com anúncios fraudulentos. Até a publicação desta reportagem, a empresa não havia se manifestado.

O debate sobre a responsabilidade das plataformas não é restrito ao Brasil. Nos Estados Unidos, o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, voltou a depor no Congresso em audiências que discutiram segurança digital, publicidade e moderação de conteúdo. Parlamentares norte-americanos questionaram a eficácia das políticas da empre-

sa para impedir abusos e fraudes, especialmente quando envolvem anúncios pagos.

Ao identificar que os golpes circularam por meio de publicidade paga nas plataformas da Meta, o levantamento da NetLab desloca a discussão do campo da simples “falha de moderação” para o terreno econômico. Não se trata apenas de conteúdo publicado por usuários, mas de anúncios impulsionados que passaram por sistemas internos da empresa e geraram receita.

Fraudes se expandem e geram prejuízo bilionário

Relatório da empresa de tecnologia antifraude BioCatch, divulgado no fim de 2025, indica que 51% dos brasileiros afirmaram ter sido vítimas de golpes digitais em 2024, com avanço significativo das fraudes envolvendo Pix entre 2024 e 2025. O levantamento também registra crescimento no uso de deepfakes no país.

A dimensão financeira do problema aparece em dados divulgados pelo Senado Federal: mais de 24 milhões de brasileiros foram vítimas de golpes envolvendo Pix ou boletos entre julho de 2024 e junho de 2025, com prejuízo estimado em quase R\$ 29 bilhões

No âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), outro levantamento aponta que 50,7% dos brasileiros sofreram algum tipo de fraude financeira em 2024, sendo que mais da metade registrou perdas econômicas.

Plano federal reúne 23 medidas contra golpes

Diante do avanço das fraudes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou, em dezembro, o plano de ação da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancá-

rias Digitais.

Resultado de acordo de cooperação técnica entre o MJSP e a Febraban, a iniciativa reúne 23 ações voltadas à prevenção, detecção e repressão de fraudes, além de apoio às vítimas.

O Governo Federal também divulgou cartilha com orientações práticas para usuários sobre como evitar golpes digitais.

Diante do avanço das fraudes digitais, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, em dezembro, o plano de ação da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais. Resultado de acordo de cooperação técnica com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a iniciativa reúne 23 medidas voltadas à prevenção, detecção e repressão de crimes financeiros, além de apoio às vítimas.

O Governo Federal também divulgou orientações práticas para reduzir riscos de golpes em ambientes digitais.

Entre as recomendações estão:

Antes de fornecer dados ou aceitar ofertas financeiras:

- Confirmar se a instituição é autorizada pelo Banco Central do Brasil.
- Evitar clicar em links recebidos por WhatsApp, SMS ou redes sociais.
- Digitar diretamente o endereço oficial no navegador.
- Desconfiar de pedidos de pagamento antecipado via Pix ou boleto.

Para proteger seus dados pessoais:

- Não compartilhar senhas ou códigos de verificação.
- Ativar autenticação em dois fatores.
- Utilizar senhas diferentes para cada serviço.



Tragédia em MG: Zema cortou 96% da verba de combate às chuvas em dois anos

Governador do Estado reduziu de R\$ 135 milhões para R\$ 6 milhões as despesas de infraestrutura entre os anos de 2023 e 2025; ao menos 55 pessoas já morreram na região da Zona da Mata nos últimos dias

Redação Focus Brasil

Desde a noite de segunda-feira (23), ao menos 55 pessoas morreram e outras 38 estão desaparecidas na Zona da Mata de Minas Gerais em razão das chuvas que atingem a região. Outras 208 pessoas foram resgatadas com vida. Em muitos bairros de cidades como Juiz de Fora o cenário é devastador: casas destruídas, famílias desalojadas e muita lama e entulho sobre o chão.

Ao todo, são oito frentes de trabalho em atuação, sendo seis em Juiz de Fora e duas em Ubá, com operações ininterruptas de busca e salvamento.

Celular para localização

A operação envolve uma força-tarefa integrada por equipes terceirizadas da prefeitura, que atuam com retroescavadeira e caminhão, além de técnicos da Anatel, responsáveis pelo rastreamento de sinais de celular na tentativa de localizar possíveis vítimas sob os escombros.

A equipe do canil de Varginha também está no local, auxiliando nas buscas. Neste momento, os militares concentram esforços em uma área previamente demarcada como de interesse pelas equipes de cães farejadores e pela Anatel.

O efetivo do 12º BBM é formado por oito militares, divididos em duas equipes: quatro atuam no período diurno e quatro no noturno. O sistema de revezamento

garante que os trabalhos ocorram 24 horas por dia, de forma contínua e coordenada em todas as frentes de atuação.

Negligência do governo Zema

A resposta para tamanha tragédia, no entanto, não está apenas na força das águas: é resultado direto do corte de verbas promovido pelo governador Romeu Zema e que seriam destinadas ao combate às enchentes em todo o Estado.

Nos investimentos de “suporte às ações de combate e resposta aos danos causados pelas chuvas”, que incluem gestão de desastres, atendimento emergencial e mitigação de danos em rodovias, além da prevenção de eventos meteorológicos críticos, o governo destinou cerca de R\$ 134,8 milhões em



2023. Desde então, o valor caiu para R\$ 41,1 milhões em 2024 e R\$ 5,8 milhões em 2025.

Neste ano, durante os dois últimos meses, a administração estadual havia destinado R\$ 16.100 para a infraestrutura de combate aos temporais. Os dados sob essas rubricas do primeiro mandato do atual governador, Romeu Zema, que se estendeu entre os anos de 2019 a 2022, não estão disponíveis no Portal de Transparência.

O governador contestou os números do Portal da Transparência do estado. Em entrevista, Zema afirmou que o governo desembolsou mais de R\$ 200 milhões na construção de piscinões para conter a água da chuva na Região Metropolitana de Belo Horizonte e R\$ 70 milhões em “kits de Defesa Civil” para mais de 600 municípios, mas os números não foram confirmados. Também é possível levantar os investimentos feitos entre 2019 e 2022, no primeiro mandato de Zema, já que os dados não estão disponibilizados no Portal da Transparência.

A liberação tardia de recursos para Juiz de Fora e Ubá ocorre somente após o caos estar instalado. Diante da previsão de novas chuvas nesta quarta-feira, a Defesa Civil determinou ainda na terça a evacuação completa de 24 ruas em quatro bairros de JF, com estimativa de retirada de cerca de 600 famílias. As áreas evacuadas ficam nos bairros Três Moinhos, Vila Ideal, Esplanada e Paineiras. No Três Moinhos, a orientação é para que moradores deixem as ruas Maria Florice dos Santos, João Luzia, José de Castro Ribeiro, José Luiz Flores, Manoel Clemente, Vicente Paulo Bacelar e Natalina de Andrade Guerra.

Ajuda do Governo Federal

O governo federal também reconheceu o estado de calamidade pública decretado pela prefeitura de Juiz de Fora. Por meio das redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se solidarizou com a população e informou que uma equipe de coordenação da Força Nacional do Sistema Único

de Saúde (SUS) está a caminho e que a Defesa Civil Nacional trabalha em alerta máximo.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) reconheceu já nas primeiras horas da manhã desta terça-feira (24), o estado de calamidade pública em Juiz de Fora (MG). Já os municípios de Ubá e Matias Barbosa, com rede de comunicação afetada, terão o reconhecimento sumário de situação de calamidade pública. A decisão será publicada ainda hoje em edição extra do Diário Oficial da União, o que possibilitará o início imediato dos trabalhos de socorro e ajuda humanitária.

Como ajudar

O site Para Quem Doar reúne uma lista de organizações confiáveis que atuam diretamente na região atingida. Todas as instituições são cadastradas e possuem dados seguros para que o doador não caia em golpes ou fraudes.

Clique aqui e faça a sua parte

Área ocupada por favelas quase triplicou em 40 anos no Brasil

São Paulo, Manaus e Belém são as cidades com maior extensão de favelas, aponta mapeamento do Mapbiomas



Agência Brasil

As favelas brasileiras cresceram e ocuparam uma área de 92,3 mil hectares nos últimos 40 anos, aponta o Mapeamento Anual das Áreas Urbanizadas no Brasil, do Mapbiomas, divulgado nesta quarta-feira (4).

De acordo com o estudo, as favelas quase triplicaram de tamanho em quatro décadas, e se tornaram 2,75 vezes maiores, enquanto as cidades, de forma geral, cresceram 2,5 vezes.

O aumento foi observado entre os anos de 1985 e 2024, quando a área urbana de favelas saltou de 53,7 mil hectares para 146 mil hectares.

Manaus foi a cidade brasileira em que as favelas mais cresceram em extensão se comparadas aos outros territórios urbanos nesse período. A área ocupada pelas favelas da capital amazonense aumentou 2,6 vezes.

O estudo revelou ainda que a dinâmica de crescimento das favelas foi mais intensa nas regiões metropolitanas do país, que em 2024, abrigavam 82% das áreas urbanizadas em favelas.

O geógrafo e coordenador do Mapbiomas, Júlio Pedrassoli, considera que o crescimento mais acelerado das áreas de favelas em comparação com a média nacional e sua forte concentração em regiões metropolitanas sugerem uma tendência conhecida e preocupante.

“As metrópoles concentram muita riqueza, mas também in-

tensificam problemas estruturais. Frente às mudanças climáticas em curso, se acende um sinal de alerta”, reforça Pedrassoli.

As regiões metropolitanas que abrigam as maiores áreas urbanizadas em favelas são as de São Paulo (SP), Manaus (AM) e Belém (PA), com territórios de 11,8 mil hectares, 11,4 mil hectares e 11,3 mil hectares, respectivamente.

No recorte por favela, o Distrito Federal abriga as que mais cresceram no período entre 1985 e 2024. Esse crescimento posicionou as favelas Sol Nascente e 26 de Setembro em primeiro e segundo lugares das maiores favelas do Brasil, com 599 hectares e 577 hectares.

Segurança hídrica

As cidades brasileiras também ocuparam mais áreas ameaçadas pela disponibilidade de água para abastecimento das populações nos últimos.

De acordo com os pesquisadores, 25% das áreas naturais que foram urbanizadas estão localizadas onde a capacidade de abastecimento hídrico é crítica. Essas áreas somam cerca de 167,5 mil hectares.

Ao todo, esse montante inclui territórios em 1.325 municípios brasileiros, sendo que a cidade do Rio de Janeiro é a que concentra a maior área urbanizada em condições mínimas de segurança hídrica.

Na capital fluminense 7,6 mil hectares a mais foram urbanizados em áreas nessas condições ao longo de 40 anos.

“Existe um descompasso entre o crescimento das cidades e a disponibilidade de água. O fato de 1.325 municípios terem ampliado sua mancha urbana nessas condições revela que o problema é estrutural e nacional. Não é apenas uma questão de risco”, conclui Pedrassoli.

MEC anuncia construção de 117 escolas indígenas no Brasil

Anúncio foi feito pelo ministro Camilo Santana nesta quinta (26), durante visita à comunidade indígena Sahu-Apé, no Amazonas. Iniciativa terá investimento de R\$ 785 milhões do Novo PAC, do governo federal

Redação Focus Brasil

O ministro da Educação, Camilo Santana, apresentou o novo investimento do Governo Federal que prevê a construção de até 117 escolas indígenas no Brasil. O anúncio aconteceu durante visita à comunidade indígena Sahu-Apé (AM), nesta quinta-feira, 26 de fevereiro. A iniciativa faz parte do Eixo Educação, Ciência e Tecnologia do Novo PAC, que passou a contemplar a construção e ampliação de escolas indígenas em 2026, por meio da Resolução nº 12/2026, e contará com um investimento de R\$ 785 milhões, beneficiando 17 estados.

As obras previstas para as escolas Indígenas são uma resposta do Governo Federal para a melhoria da infraestrutura dessas instituições. O foco central é a entrega de espaços educativos que respeitem a identidade cultural, os modos de vida e a organização territorial dos povos originários e comunidades tradicionais.

O ministro destacou que o governo federal reconhece os desafios de realizar obras no interior

do Amazonas e afirmou que o Ministério da Educação está empenhado em apoiar a educação no estado, com atenção especial às escolas indígenas em todo o país. Segundo ele, esse é um compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para fortalecer a área. Ressaltou ainda que a educação é o único caminho para gerar oportunidades e construir um país mais soberano e justo, e que não se pode deixar ninguém para trás.

“Para mim, é uma alegria estar aqui hoje, chego até a me emocionar, para autorizar todas as novas escolas indígenas no Brasil. Isso é um compromisso do presidente Lula e um dever nosso.

A gente sabe que o país ainda é muito desigual, e não é diferente na educação. O Brasil ainda tem uma dívida muito grande com os povos originários, com os povos indígenas. Serão 117 escolas que irão garantir todas as condições de uma escola digna, de qualidade, uma escola onde os estudantes possam brincar na hora do recreio”, destacou Santana.

Os 17 estados brasileiros que receberão investimento para construção de escolas indígenas são: Acre (2), Alagoas (1), Amazonas (27), Amapá (17), Bahia (4),

Ceará (2), Maranhão (11), Mato Grosso do Sul (6), Mato Grosso (8), Pará (7), Pernambuco (1), Rio Grande do Sul (1), Roraima (23) e Tocantins (3).

Educação indígena – A melhoria da infraestrutura da educação escolar indígena é uma prioridade estratégica para o governo federal no âmbito do Novo PAC – Indígena, e representa um avanço estratégico na consolidação da Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais (PNEEI-TEE), instituída pela Portaria MEC nº 539/2025. A ação está amparada, ainda, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, que garante direitos fundamentais a povos indígenas, tribais e comunidades tradicionais.

A medida responde diretamente à histórica demanda das comunidades por infraestrutura escolar específica nos territórios indígenas. A articulação entre a União e os estados, o respeito à organização dos territórios etnoeducacionais e a exigência de anuência das lideranças indígenas asseguram a legitimidade e a efetividade das ações propostas.

A pactuação ocorre exclusivamente entre o governo federal e os estados, com unidades previamente definidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, em articulação com os entes federativos. Para a seleção, foram observados critérios técnicos, territoriais e populacionais. A formalização das propostas foi realizada por meio do sistema TransfereGov, pelos chefes do poder Executivo estadual, com análise técnica preliminar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e operacionalização pela Caixa Econômica Federal.



Prouni 2026: resultado da segunda chamada já está disponível

Entre os dias 2 e 13 de março, os pré-selecionados precisam entregar a documentação que comprove as informações prestadas em sua inscrição

Redação Focus Brasil

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nesta segunda-feira (2) o resultado da segunda chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni) do primeiro semestre de 2026.

A lista pode ser consultada no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na aba do Prouni. É preciso fazer login da plataforma Gov.br.

Clique aqui para acessar

O Programa Universidade para Todos (ProUni) oferece bolsas de

estudo integrais (100% de gratuidade do valor da mensalidade) e parciais (50%) em universidades particulares para estudantes de baixa renda.

Documentação comprobatória

Entre os dias 2 e 13 de março, os pré-selecionados precisam entregar a documentação que comprove as informações prestadas em sua inscrição diretamente na instituição privada de educação superior em que foram selecionados.

O estudante pode comparecer à faculdade privada para entregar fisicamente aos colaboradores a documentação, nos locais de oferta de curso superior.

Outro meio é o encaminhamento da documentação virtualmente, por meio eletrônico disponibilizado pela instituição, em um campo específico, em sua página na internet.

Bolsas

O requisito para ter a bolsa integral é comprovar a renda familiar menor ou igual a um salário-mínimo e meio por pessoa. Para a bolsa parcial (50%), a renda familiar não pode ultrapassar três salários-mínimos por pessoa.

O MEC comemora que a edição de 2026 é a maior da história do Prouni, com 22 anos de existência. Neste ano, estão sendo ofertadas 595.374 bolsas, em 895 cursos de 1.046 instituições privadas de ensino superior de todo o país.

Certificação do ensino médio

Os candidatos com 18 anos ou mais que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2025 – e se enquadram nos pré-requisitos previstos no edital do Enem – devem requerer a declaração de conclusão para apresentar na faculdade.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou documento autenticado na Página do Participante do Enem, o que permitirá a pré-matrícula dos pré-selecionados em instituições de educação superior de candidatos do Prouni.

Segunda chamada

Para quem está de olho nas vagas remanescentes e não foi selecionado na primeira e segunda chamadas, deverá manifestar seu interesse em participar da lista de espera do Prouni, entre os dias 25 e 26 de março de 2026, por meio Portal Único de Acesso ao Ensino Superior.



SUS inicia teleatendimento gratuito para quem tem compulsão por bets

Serviço é confidencial por meio do aplicativo Meu Sus Digital e é direcionado a maiores de idade

Agência Brasil

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou nesta terça-feira (3) o início do teleatendimento em saúde mental pelo SUS (Sistema Único de Saúde) com foco em jogos de apostas. O serviço é direcionado a pessoas com 18 anos ou mais que apresentam compulsão por jogos, além de familiares e rede

de apoio.

Realizado em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), o serviço gratuito garantirá assistência especializada a pessoas com compulsão pelas conhecidas bets. A expectativa inicial é a de 600 atendimentos online por mês, mas o ministério poderá ampliar esse número, a depender da demanda. A ideia é chegar a 100 mil atendimentos mensais.

“Somos nós podendo dar mais um passo para acolher e ajudar essas pessoas a sair do sofrimento mental que está diretamente associado à compulsão nas apostas eletrônicas que, além de ser um problema de saúde mental, leva ao acometimento financeiro e problemas familiares. Quando olhamos os dados dos CAPs [Centros de Atenção Psicossocial], vemos, nos últimos anos, de 2 mil a 3 mil atendimentos apenas de pessoas que vão presencialmente falar que têm um problema com

compulsão de jogos”, afirmou Padilha.

As consultas são realizadas por vídeo, duram em média 45 minutos e fazem parte de ciclos estruturados de cuidado, que podem incluir até 13 consultas por paciente, em grupo com sua rede de apoio ou individualmente. O atendimento é gratuito e confidencial. A equipe é multiprofissional, formada por psicólogos e terapeutas ocupacionais, com apoio de médico psiquiatra quando necessário, além de articulação com assistência social e medicina de família para integração com os serviços locais.

Como acessar

Para acessar o serviço, o interessado deve se cadastrar por meio do aplicativo Meu SUS Digital. Para utilizar o novo serviço, é preciso baixar o aplicativo, que está disponível de forma gratuita nas lojas Android, IOS ou na versão web, fazer login com a conta gov.br e, na página inicial, clicar no item “Miniapps”. Em seguida, selecionar a opção “Problemas com jogos de apostas?”.

A pessoa terá acesso a um autoteste, baseado em evidências científicas e validado no Brasil por especialistas, com perguntas que ajudam a identificar sinais de risco e orientar o próximo passo. Se o resultado indicar risco moderado ou elevado, o encaminhamento para o teleatendimento é automático. Nos casos de menor risco, o aplicativo orienta a procurar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que inclui desde Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) a Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O Meu SUS Digital também conta com conteúdos informativos sobre sinais de alerta, prevenção e impacto da prática na saúde

mental. Além disso, a Ouvidoria do SUS está treinada e preparada para orientações sobre o tema. Os profissionais atendem pelo telefone 136, por teleatendimento, via formulário, WhatsApp ou chatbot no site do Ministério da Saúde. Todas as informações seguem as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Um estudo recente apontou que as bets provocam perdas econômicas e sociais ao país estimadas em R\$ 38,8 bilhões anualmente. “Esta ação do Ministério da Saúde é mais uma resposta ao fenômeno recente de comportamentos problemáticos relacionados a jogos e apostas, principalmente online. A procura espontânea por atendimento presencial ainda é baixa, muitas vezes por vergonha, medo de julgamento ou dificuldade de reconhecer o problema. Desta forma, o teleatendimento foi estruturado justamente para ampliar o acesso ao cuidado de forma reservada, segura e acessível”, diz o ministério.

Capacitação

Segundo Padilha, a pasta está capacitando os profissionais de saúde para esse atendimento específico, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Foram oferecidas 20 mil vagas aos trabalhadores da saúde.

“Nós já tivemos 13 mil inscrições para o curso e 1,5 mil já concluíram essa formação. Temos mais 7 mil vagas e acredito que teremos que abrir mais quando esse número acabar. Esse plano de cuidado tem como objetivo, se possível, resolver a compulsão com o teleatendimento. Senão, poder direcionar essa pessoa para o conjunto da Rede de Atenção Psicossocial”, ressaltou.

O teleatendimento faz parte

da Linha de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas, que também contém orientações clínicas encontradas no Guia de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas.

Bloqueio por autoexclusão

Dentro do conjunto de ações do governo federal para prevenir e auxiliar na compulsão por apostas online, há também a Plataforma de Autoexclusão Centralizada, para o bloqueio de sites de apostas, disponível desde dezembro passado. A ferramenta permite ao apostador que deseja interromper o vício, solicitar ser bloqueado dos sites de apostas, além de deixar seu CPF indisponível para novos cadastros ou para o recebimento de publicidade das bets. Pela plataforma, é possível escolher por quanto tempo o apostador deseja bloquear os sites de aposta: dois meses, seis meses, ou indeterminado. O cadastro pode ser feito pelo endereço eletrônico gov.br/autoexclusaoapostas, utilizando conta gov.br de nível prata ou ouro.

“Mais de 300 mil pessoas já estão se tratando ao se autoexcluir, reduzindo a exposição a esse risco, inclusive com bloqueio das propagandas. E a maioria das pessoas que acessou a plataforma selecionou o bloqueio por tempo indeterminado”, aponta Padilha.

Ele destaca que, quando o usuário se autoexclui, por meio do CPF é possível saber qual é o cartão SUS dele e se frequenta alguma Unidade Básica de Saúde.

“O esforço é identificar riscos graves de saúde mental e encaminhá-la para o atendimento corretamente e rapidamente”, disse Padilha.



Governo divulga planejamento para enfrentar incêndios em 2026

Participam da ação mais de 4,6 mil brigadistas em todo país; Amazônia e Pantanal já apresentam redução de ocorrências

Agência Brasil

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) divulgou nesta quarta-feira (4) o planejamento das ações de enfrentamento aos incêndios florestais em 2026. Além da publicação da portaria de declaração de emergência ambiental por região, foram anunciados a formação de uma equipe de mais de 4,6 mil brigadistas e uma infraestrutura operacional capaz de alcançar todo o país.

A ministra do MMA, Marina Silva, lembrou que os trabalhos deste ano são resultado de um esforço iniciado em 2023, em meio a uma crise de incêndios no país, mas com resultados já colhidos

em 2025, com a redução de 39 % dos focos de fogo em todo o país, com destaque para a Amazônia e o Pantanal, que alcançaram redução de 75% e mais de 90% respectivamente.

“Então é planejar, prevenir e combater. Sobretudo, que isso não sejam políticas que se instalam no momento em que a crise está posta”, diz.

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, lembrou que a publicação da portaria de emergência no Diário Oficial da União é obrigatória do ponto de vista preparatório para a contratação dos brigadistas e também é um instrumento importante de alerta, já que estabelece os período de emergência para cada uma das regiões do Brasil.

“Apesar desse ano ter sido um ano chuvoso em boa parte do país, a gente está justamente agora em um momento de mudança do ponto de vista climatológico e para nós é um momento sempre de apreensão”, reforça.

Agostinho destacou que o documento é estabelecido a partir de critérios científicos que consideram a avaliação do déficit de chuvas, histórico de calor, previsão climática, as características das diferentes mesorregiões do Brasil e onde os riscos de incêndio são maiores.

Tudo isso orienta o trabalho da equipe do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e de outros órgãos ambientais que atuam articulados a partir da Sala de Situação permanente criada em 2024.

Além da Sala de Situação, a infraestrutura operacional funcionará em mais três bases logísticas, duas vilas operacionais de combate ampliado e com o funcionamento de sistema de monitoramento via satélite em tempo real.

Segundo Agostinho, o trabalho contará ainda com 246 servidores das brigadas florestais, sendo 131 brigadas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e 115 brigadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) distribuídas nas áreas onde os riscos de incêndio são maiores. Ao todo serão 4.660 brigadistas, incluindo os temporários, que atuarão em todo o país.

“Algo que sempre foi muito importante ao longo da nossa história é que a gente tem trabalhado com, pelo menos, 50% das nossas brigadas formada por indígenas e algo perto de 10% de quilombolas e isso é muito importante porque são pessoas que conhecem os territórios e estão acostumadas a andar no ambiente florestal,” conclui.

“A gente não pode dormir com um barulho desses”

Com larga experiência no juizado familiar, a magistrada Andréa Pachá fala da necessidade de mudar a narrativa de “as mulheres são mortas” para “os homens matam as mulheres”

Claudia Rocha

Não é exagero dizer que o número de feminicídios no Brasil explodiu nos últimos anos. De acordo com dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o crescimento, em uma década, foi de 316%. Em 2015, quando a tipificação do crime foi criada, foram registradas 535 mortes, frente aos 1.470 casos em 2025.

O balanço, que apontou quatro assassinatos por dia, foi divulgado ainda sem os dados do mês de dezembro no estado de São Paulo, o primeiro do ranking de feminicídios, que aponta mortes em todos os estados brasileiros.

No mês passado, o Relatório Anual de Feminicídios no Brasil 2025 elaborado pelo Lesfem/Uel, o Laboratório de Estudos de Feminicídios da Universidade Estadual de Londrina, computou um número 38% maior, com 4.755 tentativas e 2.149 assassinatos no ano de 2025, o que daria uma média de seis mulheres mortas por dia.

Neste ano, foi assinado o Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento

ao Feminicídio. A iniciativa conjunta do Legislativo, Executivo e Judiciário tem como objetivos: o fortalecimento das redes de enfrentamento à violência contra a mulher, a promoção de informações sobre os direitos e as estruturas de proteção e de prevenção da violência de gênero.

Autora de quatro livros com relatos de violência doméstica e uma longa trajetória construída a partir de anos de experiência na Vara da Família no Rio de Janeiro, a desembargadora Andréa Pachá analisa os motivos do aumento desse tipo de crime e os caminhos de reversão do quadro. Confira:

- Com um aumento significativo no número de feminicídios nos últimos anos, como você avalia os mecanismos de proteção às mulheres atuais, como a Lei Maria da Penha? São suficientes? É necessário que sejam aprimorados?

- Esse processo de violência contra a mulher foi escalonando, especialmente nos últimos 30 anos, para lugares que a gente nem imaginava que pudessem existir. Então, se você tinha, antes

da Constituição, o que se chamava de ‘crime passional’, e depois o movimento do ‘Quem ama não mata’, com a Constituição, a ampliação dos direitos das mulheres foi consolidada, a sociedade foi entendendo a importância de viver em uma sociedade equânime, mais democrática, racional, razoável, porém, ao mesmo tempo, os movimentos de resistência ao aumento da participação feminina também ficaram muito latentes. E tudo isso aconteceu quando o Brasil não tinha nenhuma lei especial de proteção à mulher. Então, quando veio a lei Maria da Penha, a gente imaginou que, em um primeiro momento, aqueles números alarmantes de violência contra a mulher, fossem resultados de uma demanda reprimida, porque antes não se falava na violência, a violência era resolvida dentro de casa, poucas mulheres denunciavam. Então, se imaginou que com a positividade dessa norma, com a lei Maria da Penha chegando para proteção, as mulheres iam ter voz. Então, esse assunto deixou de ser um assunto doméstico, todo mundo começa a meter a mulher na briga de mari-



do e mulher. E a expectativa era que logo esse número diminuísse, porque a gente espera que a sociedade ande para frente. Só que os tempos não têm sido fáceis. Nós temos experimentado a vanguarda do retrocesso em plena marcha, né? E aconteceu também um fenômeno mais recente, que são as redes sociais, já existem pesquisas nesse sentido, mostrando de que forma os grupos de ódio se organizam nas redes e de que forma as mulheres são perpetuadas nesse lugar de vítima. Por outro lado, nós ganhamos muito com a visibilidade da violência para poder enfrentá-la. Você dá nome à violência. O feminicídio é um nome que foi dado recentemente. Você dá nome para violência psicológica, violência simbólica. Só que se esse enfrentamento não é efetivo, você acaba normalizando um estado de violência, como se fosse permitido a mulher continuar falando desde que ela só fale da violência. Então, é como se aprisionaram as mulheres em um pântano da violência e essa fosse a única pauta possível. Então, como é que você imagina uma emancipação ou imagina uma socieda-

de minimamente democrática e equânime, quando a única pauta passa a ser a violência, quando a preocupação é que o tempo todo a gente tenha que repetir a frase: “Parem de nos matar, parem de nos matar”. Como se fosse razoável reproduzir e repetir esse mantra.

A sociedade, para enfrentar esse cenário, precisa de norma e eu penso que a lei Maria da Penha é uma norma muito importante, porque nós divulgamos muito os números das mortes, mas pouco divulgamos os números da retenção da violência, que acontece quando as medidas de proteção são aplicadas. Muitas mulheres deixam de ser mortas porque procuram o aparato de justiça na primeira ameaça ou na primeira violência. Nenhum homem acorda e mata mulher no fim do dia, esse perfil não é um perfil verossímil. A violência tem escalas e ela vai crescendo. Se você consegue identificar o embrião dessa violência, se consegue recorrer a um sistema de justiça e fazer uma denúncia na hora que ela se instala, muitas mortes são evitadas. E, também, a sociedade precisa,

além da norma, repelir esse tipo de violência. A reprodução que nós fazemos da violência é sempre como se fosse a mulher a responsável por aquele quadro, não culpabilizando a mulher, porque a gente já passou dessa fase, felizmente, mas, invariavelmente as notícias vêm da mesma forma, com a manchete “mulher é morta”.

Nenhuma mulher é simplesmente morta, são os homens que matam as mulheres.

E se homens matam mulheres é porque nós infelizmente vivemos em uma sociedade que é permissiva com esse tipo de prática. O homem é preso, muitas vezes é condenado e quando sai da prisão é acolhido pelo grupo social. Se você é repellido do seu grupo social por essa prática, eu penso que o controle é muito mais efetivo porque na dor a gente a gente pode aprender, mas a gente não consegue ensinar. E quando você pensa no aprendizado pelo aumento das penas, pelo confinamento, por mais prisão, você tá sempre apostando em modelo que não é um modelo que transforma esse grupo social, é um

modelo que perpetua de alguma maneira a violência.

- E como você acha possível tirar o holofote das mulheres nessa situação e colocar a luz nos homens? Como é possível abrir esse campo de diálogo? Seriam campanhas educativas, algo massivo na mídia?

- Olha, acaba sendo violento ter que explicar a um homem que ele não pode matar, não pode estuprar uma mulher. É tão óbvio isso, né, que eu acho que acaba sendo ridículo ter que ensinar. O que talvez a gente consiga, e isso eu vejo que é uma ferramenta muito potente na comunicação, é trabalhar com o humor, com ironia, com o deboche, quando você encontra homens que ainda insistem em um discurso machista, em um discurso que segrega, porque essa é a raiz da violência. A violência contra mulher não existiria se a sociedade não fosse machista da forma que é. E eu estou falando, por exemplo, da normalização de piadas sobre a participação das mulheres. Com a normalização da segregação, temos um terreno fértil para a semente da violência brotar e causar todos os danos que causa. Viver em um país que mata a quantidade de mulheres que mata é inaceitável. A gente não pode dormir com um barulho desses, fingir que isso é normal.

Quando vemos uma violência em um dia, depois em outro, a reprodução de toda a violência, isso acaba fazendo com que a gente se desensibilize. Então, eu penso que um trabalho de sensibilização na comunicação talvez pudesse ser muito importante.

Eu acredito muito no exercício da empatia como um exercício da justiça. E, infelizmente, nós como sociedade temos avançado em um modelo muito individualizado,

muito individualista, no qual estamos muito distantes uns dos outros. As telas também contribuem para isso porque, se a sociedade repele a violência e você no grupo social das redes encontra pessoas que são parecidas com você e que estimulam a violência, você se sente pertencendo a alguma gangue ou algum grupo que vai te legitimar. Como é que a gente não tem tido criatividade, humor e alegria para fazer uma campanha que seja de afirmação da igualdade? Que tire a mulher desse lugar de morta o tempo todo, como se ela, inerte, não pudesse reagir, como se fosse normal aceitar, lamentar e continuar reproduzindo.

- Quando a gente comenta sobre a importância de incluir na conversa os homens, os agentes dessa violência, também é preciso falar da relação deles com as mulheres vítimas, né? Não estamos falando de homens desconhecidos, pelo contrário, na maior parte das vezes são companheiros, familiares, colegas de trabalho. Como você analisa essa relação?

- É um combo, né? Porque não são relações distantes, muito pelo contrário, você encontra também um grande número de mulheres que são vítimas de violência e que gostariam de continuar vivendo a relação sem a violência. Porque o que desagrada na relação não é o afeto, é a violência, e não se consegue falar sobre isso, discutir essa pauta. Eu trabalhei durante muitos anos em uma vara de família. E antes da lei Maria da Penha, os processos de separação de corpos eram solucionados numa vara de família. Com uma liminar, você tirava o homem de casa, cessava violência e muitas vezes, as mulheres eram julgadas

porque voltavam para os companheiros e voltavam a se relacionar com eles. Mais uma vez era a mulher ocupando o lugar de responsável pela violência. E eu vi alguns depoimentos nesse sentido. Elas falavam “mas eu amo esse homem, eu não gostaria de me separar dele, mas eu não quero ser vítima”. É legítimo esse direito dessa mulher não querer ser vítima, não odiar. É legítimo o direito de não odiar. Só que as coisas são postas de uma forma muito binária, porque também as redes sociais trouxeram a gente para esse lugar. A complexidade da nossa dimensão humana fica um pouco comprometida nessa linguagem do certo ou é errado ou é bom ou é mau. Então, tem um modelo aí que é muito perverso e que vem crescendo. Antes, quando quando a gente falava de crime passionai, que o homem matava por ciúme, já tinha um componente de posse, mas não se falava nisso, porque aquela sociedade de então romantizava o amor possessivo, como se fosse uma manifestação de amor incondicional. Nós hoje já vencemos essa pauta. Só que há uma questão que também foi transformando o espaço público, que é o crescimento dos direitos das mulheres. Claro que as mulheres se posicionando, falando e ocupando espaços tiraram os homens de um espaço que historicamente eles ocupavam. Então, como é que esses homens têm reagido? Poderiam estar reagindo, conversando, debatendo, discutindo espaço, disputando espaço de poder, mas não, a reação vem em forma de silenciamento. Isso é que é inaceitável, isso é que tem que ficar exposto, como uma grande chaga desse momento que a gente vive, é essa percepção dos homens de que para eles continuarem senhores poderosos e



dominantes, eles precisam matar o outro, e o outro nesse caso é a mulher. Então é um movimento difícil, mas eu, ainda assim, com todo esse crescimento, ainda acho que a gente vive um momento melhor do que se vivia, porque a violência silenciosa, ela crescia, mantinha aquela sociedade desigual sem nenhuma perspectiva de transformação. Democracia faz barulho, liberdade faz barulho, igualdade de direitos faz barulho e é nesse contexto que a gente hoje, com muita dor, experimenta esse sepultamento quase diário de mulheres. É um número que não cabe em nenhuma estatística e não deveria caber.

- Sobre as etapas anteriores ao feminicídio, como as violências moral, patrimonial e sexual, você avalia que é importante combater para evitar que a situação chegue até a morte? Como você enxerga esse escalonamento da violência?

- O machismo começa mui-

to cedo e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever da escola, da família e da sociedade cuidar e proteger a infância e a juventude. É nesse ambiente que os primeiros valores, as primeiras informações são forjados. Então, se você tem nesse ambiente de formação da criança uma rede colaborativa de crescimento daquele grupo social, seguramente você vai viver em um ambiente mais saudável para as crianças, porque esses meninos também crescem nesse ambiente. Então, se você está em um coletivo no ambiente escolar, no ambiente social, e que a igualdade é posta como uma regra, fica mais fácil. Mas, a gente também está falando de um país em que milhares de crianças nascem e não são nem sequer registradas em nome dos pais. São filhos só de mães. Nós normalizamos uma criança que não tem um pai no registro de nascimento. Esse buraco que fica, essa falta, que é simbólica de uma referência masculina

na que cuide, que acolha, que se responsabilize, isso vai aparecer em algum momento lá na frente. Então, eu acho que tem um ciclo que precisa ser redesenhado e insistentemente redesenhado para gente não partir do princípio que as mulheres são mortas e por causa da morte a gente tem que fazer alguma coisa. Não, a gente chegou na morte porque alguma coisa não funcionou aqui atrás. E toda vez que começamos a ouvir isso, as sugestões que aparecem: “ah, tem que ter mais pena, tem que ter mais punição, tem que ter mais encarceramento”. A gente não pode esquecer que esse tipo de crime é um crime muito específico, que muitas vezes o encarceramento não faz nem sentido, porque muitos homens matam as mulheres e depois se matam, tamanho é o desequilíbrio da relação e a violência que o machismo e que a misoginia reproduzem. Então, na minha visão, é um crime que precisa muito mais de um enfrentamento valorativo, ético, social, democrático do que criminal.

Projeto que garante divulgação do Ligue 180 em notícias sobre violência contra a mulher avança no Congresso

Proposta segue para o Senado e reforça o acesso à informação como medida de proteção às mulheres

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na nesta quinta-feira (26/2), o Projeto de Lei 6140/2025, que determina a inclusão da mensagem “Em caso de violência contra a mulher, ligue gratuitamente 180” em toda notícia sobre violência de gênero veiculada em TV, rádio, jornais, portais, redes sociais e demais plataformas. O texto segue agora para apreciação no Senado Federal.

De autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL), a proposta parte do princípio que, quando uma mulher lê, assiste ou ouve uma notícia sobre violência de gênero, ela precisa saber imediatamente onde buscar ajuda. O projeto não interfere no conteúdo jornalístico, na liberdade de imprensa ou na atuação dos veículos de comunicação, pois trata-se de uma medida de serviço de utilidade pública.

“A informação é uma ferramenta de proteção e a imprensa tem um papel fundamental no enfrentamento à violência. Quando uma mulher vê uma notícia sobre violência, ela precisa saber, imediatamente, onde buscar ajuda. Garantir a divulgação do Ligue 180 é transformar cada reportagem em uma ponte para a rede de proteção. É uma medida simples, de baixo custo e que pode salvar

vidas”, ressalta a ministra das Mulheres, Márcia Lopes.

A iniciativa segue a mesma lógica adotada internacionalmente para a cobertura de temas sensíveis. A Organização Mundial da Saúde recomenda que reportagens sobre suicídio tragam informações de apoio, como o número do Centro de Valorização da Vida (CVV). Agora, o PL 6140/2025 propõe que a pauta da violência contra as mulheres também incorpore essa responsabilidade social.

Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios – O Brasil registrou 1.548 feminicídios em 2025, segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em um cenário como esse, informação salva vidas. O Ligue 180 é um canal nacional de atendimento que funciona 24 horas por dia, é gratuito, oferece acolhimento, orientação e encaminhamento de denúncias para a rede de proteção. Apenas em 2025, foram registrados mais de 1 milhão de atendimentos.

Em entrevista ao programa “Bom Dia, Ministra” nesta quarta-feira, 25 de fevereiro, Márcia Lopes reiterou que as políticas de cuidados com as mulheres e meninas brasileiras precisam ser tema de diálogo constante entre o Governo do Brasil, os estados e municípios, assim como da sociedade. “Nós sabemos que o machismo e o desprezo à política para as mulheres ainda é presente. Então,



continuamos num processo de convencimento de todos os atores e os agentes públicos, no sentido de que coloque a centralidade na vida das mulheres, aquelas que levantam todos os dias pensando na sua família, na sua vizinhança, na sua comunidade. Esse é um processo permanente”, disse.

Sobre as ações efetivas para combater a violência contra a mulher, a ministra destacou o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, que conta com a participação de 11 ministérios, além dos estados e do Distrito Federal. A estratégia do governo do Brasil enfrenta a misoginia e a violência de gênero, com foco na prevenção, intervenção precoce e reparação para proteger mulheres e meninas.

Desde a instituição do pacto, foram inaugurados 19 novos serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência: quatro Casas da Mulher Brasileira e 15 Centros de Referência da Mulher Brasileira. Para esses serviços, já foram investidos R\$ 373 milhões.



Vorcaro mantinha estrutura de intimidação de pessoas, cita ministro

O banqueiro mantinha interlocução com dois servidores do Banco Central; mensagens com conteúdo de violência contra jornalista são reveladas

Agência Brasil

O banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, mantinha com comparsas uma estrutura voltada à vigilância e intimidação de pessoas as vistas como contrárias aos interesses do grupo financeiro, apontou o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quarta-feira (4). Ele

foi preso na manhã de hoje, na terceira fase da Operação Compliance Zero.

O banqueiro também mantinha interlocução próxima com dois servidores que ocupavam posições estratégicas no Banco Central (BC) e trabalhavam como “uma espécie de empregado/consultor” de Vorcaro, fornecendo informações privilegiadas. Os servidores são o ex-diretor de fiscalização do Banco Central Paulo Sérgio Neves de Souza e o ex-servidor Belline Santana.

A ordem de prisão partiu de

Mendonça, que atendeu a pedido feito pela Polícia Federal (PF). A prisão preventiva do banqueiro e de mais três pessoas envolvidas no caso foi a primeira decisão do ministro no caso, após ele ter assumido a relatoria em substituição a Dias Toffoli.

Toffoli já havia determinado a prisão do banqueiro, ainda em novembro, mas pouco depois substituiu a medida pelo uso de tornozeleira eletrônica.

As investigações indicam que o caso do Master pode representar

a maior fraude financeira já praticada no país. O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) estima, por exemplo, que os ressarcimentos a clientes prejudicados devem ultrapassar os R\$ 50 bilhões.

O processo foi parar no Supremo em novembro, após surgirem indícios de envolvimento de autoridades com foro privilegiado. Contudo, até o momento não figuram pessoas com foro no STF entre os investigados.

Estrutura criminosa

Além de Vorcaro, Mendonça determinou a prisão de Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro e espécie de contador informal do grupo, responsável por pagamentos e cobranças, segundo as investigações.

Era Zettel, por exemplo, que realizava os pagamentos para A Turma, um grupo estruturado e exclusivamente dedicado a monitorar e intimidar pessoas vistas como inimigas. Com base em relatórios da PF, Mendonça descreve A Turma como: “estrutura utilizada para realizar atividades de monitoramento e coleta de informações de interesse do grupo investigado, bem como pela prática de atos de coação e intimidação de pessoas”, dentre as quais concorrentes empresariais, ex-empregados e jornalistas.

Em mensagens trocadas com Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, identificado no celular de Vorcaro como Felipe Mourão e apelidado Sicário, o banqueiro diz ao comparsa, por exemplo, ter que “moer essa vagabunda”, referindo-se a uma empregada que o estaria ameaçando.

Mourão teve a prisão decretada por Mendonça, que o descreveu como “responsável pela execução de atividades voltadas à obtenção de informações sigilosas, monitoramento de pessoas e neutralização de situações consideradas

sensíveis aos interesses do grupo investigado”.

Segundo as investigações, o Sicário recebia pagamentos mensais de R\$ 1 milhão.

A Agência Brasil tenta contato com a defesa dos citados e está aberta a manifestações.

Violência contra jornalista

O ministro destacou a “dinâmica violenta” do grupo dando como exemplo também mensagens trocadas entre Mourão e Vorcaro sobre um jornalista que havia publicado uma notícia contrária aos interesses do banqueiro.

Na manhã desta quarta-feira (4), o jornalista Lauro Jardim, do jornal O Globo, declarou ser ele o alvo das conversas citadas na decisão do ministro. “Tinha que colocar gente seguindo esse cara. Pra pegar tudo dele”, diz Vorcaro, ao que Mourão responde: “Vou fazer isto.”

Em outra troca de mensagens, Vorcaro afirma: “Quero mandar dar um pau nele. Quebrar todos os dentes. Num assalto”, referindo-se ao jornalista.

Em seguida, Mourão pergunta: “Pode? Vou olhar isso”, e Vorcaro confirma: “Sim.”

“A partir de todos esses diálogos verifica-se a presença de fortes indícios de que Vorcaro determinou a Mourão que forjasse um assalto, ou simulasse cenário semelhante, para prejudicar violentamente o jornalista em questão e, a partir do episódio, calar a voz da imprensa que ousasse emitir opinião contrária aos seus interesses privados”, escreveu o ministro André Mendonça.

Integrava também A Turma o policial federal aposentado Marilson Roseno da Silva, também alvo de mandado de prisão preventiva.

Segundo as investigações, ele atuava na obtenção de informações e dados sensíveis, valendo-se

de sua experiência e contatos na carreira policial. Ele também vigiava alvos escolhidos por Vorcaro.

Oficialmente, a PF informa investigar a prática dos seguintes crimes:

- crimes contra o sistema financeiro nacional,
- corrupção ativa e passiva,
- organização criminosa,
- lavagem de dinheiro,
- violação de sigilo funcional,
- fraude processual e
- obstrução de justiça.
- PGR

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se contrariamente às medidas solicitadas pela PF, que foram feitas em 27 de fevereiro. Mendonça deu prazo de 72 horas para parecer do órgão acusador, prazo descrito pela PGR como impossível de cumprir.

A PGR disse ainda não ver nos pedidos “a indicação de perigo iminente, imediato, que induza à extraordinária necessidade de tão rápida e necessariamente sucinta análise do pleito”.

Em resposta, Mendonça disse lamentar que a PGR não tenha visto a urgência das medidas, mesmo “diante da concreta possibilidade de se prevenir possíveis condutas ilícitas contra a integridade física e moral de cidadãos comuns, de jornalistas e até mesmo de autoridades públicas”.

O ministro apontou ainda para os indícios de que o grupo criminoso teve acesso a sistemas sigilosos do próprio Ministério Público e da PF, indicando “risco concreto de interferência” nas investigações.

“A liberdade dos investigados compromete, assim, de modo direto, a efetividade da investigação e a confiança social na Justiça penal. Permitir que permaneçam em liberdade significa manter em funcionamento uma organização criminosa que já produziu danos bilionários à sociedade”, afirmou Mendonça.



Ataques ao Irã ampliam tensão internacional, mas não indicam guerra global, avalia professor

Rodrigo Amaral, professor de Relações Internacionais, analisa ataques ao Irã de EUA e Israel, destaca dimensão geopolítica do petróleo e afirma que não há sinais de mobilização global ou guerra mundial

Henrique Nunes

Na madrugada da última sexta-feira (28/2), um ataque aéreo coordenado por forças dos Estados Unidos e de Israel atingiu Teerã, capital do Irã, e outras províncias do país. Segundo a Sociedade Crescente Vermelho do Irã, ao menos 201 pessoas morreram e cerca de 747 ficaram feridas.

Iluminado por explosões e aviões de combate, o céu de Teerã anunciava o início de mais um capítulo do conflito que atravessa o Oriente Médio, especialmente desde a intensificação das ofensivas de Israel contra a Palestina. Desta vez, com envolvimento direto dos Estados Unidos.

Os principais alvos, segundo Washington e Tel Aviv, eram o Centro de Comando e Controle da Guarda Revolucionária Islâmica e instalações estratégicas ligadas à liderança iraniana. A morte do

aiatolá Ali Khamenei foi anunciada pela mídia estatal iraniana horas depois e confirmada por agências internacionais como a Reuters.

A Organização das Nações Unidas condenou a escalada militar e pediu contenção imediata das partes envolvidas. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil também se manifestou, defendendo cessar-fogo imediato e solução diplomática para o conflito, reiterando a posição histórica brasileira de respeito ao direito



internacional e à soberania dos Estados.

Os presidentes Donald Trump e Benjamin Netanyahu prontamente celebraram em suas redes sociais.

Terceira guerra mundial? E o Brasil?

A justificativa oficial apresentada pelos dois países foi a de “autodefesa preventiva” diante do suposto avanço do programa nuclear iraniano. Para o professor de Relações Internacionais da PUC-SP, Rodrigo Amaral, no entanto, a leitura exige cautela.

Nas horas seguintes às primeiras imagens do ataque, plataformas como Google Trends registraram aumento expressivo nas buscas por “terceira guerra mundial”. Memes, análises improvisadas e previsões catastróficas dominaram as redes sociais.

“O uso da expressão ‘terceira guerra mundial’ é alarmista. Não há nada que indique, neste momento, envolvimento global ou mobilização direta de potências como China e Rússia. A expressão remete a um conflito entre blocos hegemônicos com uso de armamento nuclear. Não há indícios disso agora”, afirma.

O especialista ressalta que o

Irã não possui capacidade nuclear bélica comprovada e que não há sinalização formal de envolvimento militar direto de Rússia ou China.

Apesar do aumento da tensão internacional, o especialista não vê risco de intervenção militar no Brasil. “Intervenções econômicas são possíveis. Militares, não”, explica. Ele lembra que a política tarifária anunciada anteriormente pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros foi revertida após negociação diplomática e decisões judiciais internas nos EUA.

A centralidade do petróleo nas ações dos EUA

O conflito também reacendeu o debate sobre a política interna dos Estados Unidos e o histórico de intervenções externas associadas a regiões estratégicas em energia. Iraque (2003), Líbia (2011) e, anteriormente, Kuwait (1991) são exemplos de países produtores de petróleo que passaram por intervenção militar direta ou indireta de Washington.

O Irã é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, com produção estimada em cerca de 3,3 milhões de barris por dia, segundo dados recentes da Organi-

zação dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

O país detém uma das maiores reservas globais e ocupa posição estratégica no Estreito de Ormuz, rota por onde passa parcela significativa do petróleo comercializado internacionalmente. “O controle indireto sobre esse território significa controle sobre fluxo energético global”, explica Amaral.

Segundo o pesquisador, a lógica do conflito vai além da justificativa nuclear. “Há um componente geopolítico evidente. O imperialismo não se resume ao ataque militar. As sanções econômicas ao Irã são aplicadas há décadas. O isolamento sempre foi um instrumento.”

Parte da análise política sustenta que a ofensiva ocorre em meio a tensões econômicas e políticas internas nos EUA, com inflação persistente, disputa eleitoral em curso e forte polarização institucional.

Escalada sob coordenação internacional

Até o fechamento deste texto, os ataques permanecem concentrados no território iraniano e em pontos estratégicos do Golfo Pérsico, com retaliações controladas e reforço militar norte-americano em bases da região.

O Conselho de Segurança da ONU realizou reuniões de emergência, mas não houve deliberação por ação coletiva. Rússia e China limitaram-se a manifestações diplomáticas e pedidos de cessar-fogo, sem ingresso direto no confronto armado.

Ainda que o teatro militar esteja circunscrito ao Oriente Médio, a ofensiva é conduzida por duas potências centrais do Ocidente, Estados Unidos e Israel – o que amplia sua dimensão política.

*Edição Guto Alves

Conflito no Oriente Médio pode alterar mercado de óleo e gás

Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis alerta para consequências do fechamento do Estreito de Ormuz

Estreito de Ormuz - Wikimedia Commons



Agência Brasil

O aprofundamento do conflito bélico no Oriente Médio pode alterar mercado de óleo e gás, principalmente, por causa do fechamento do Estreito de Ormuz, alerta, em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

Por lá, circulam diariamente cerca de 25% do petróleo exportado mundialmente, além de volumes expressivos de gás natural de países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar e Omã.

Para o instituto, um dos reflexos esperados dessa situação é a

alteração do nível dos preços do petróleo e do gás natural. Além disso, eventuais bloqueios ou ataques à infraestrutura da região podem causar severas interrupções, ao atingir prioritariamente o abastecimento de grandes economias asiáticas como China, Índia e Japão.

“A perda de competitividade dessas economias e a pressão sobre os preços do petróleo e gás natural são consequências diretas caso as hostilidades se prolonguem.”

Nesse cenário, o Brasil se apresenta como um fornecedor seguro e confiável em um ambiente de negócios estável. O país pode ainda, segundo a entidade, “oferecer um petróleo de excelente qualidade, com baixo teor de enxofre e

baixa emissão de carbono”.

O Brasil vem ampliando sua produção, além de ser o 9º maior exportador mundial e destinar 67% de seu volume exportado de petróleo para a Ásia.

Investimentos

A entidade defende que, diante das instabilidades geopolíticas externas, é importante que o Brasil mantenha investimentos constantes em exploração e produção para a descoberta de novas fronteiras, como a Margem Equatorial.

“[Tudo isso] para a garantia da segurança energética, aumento da oferta exportadora e para se evitar que o país volte à condição de importador de petróleo na próxima década.”

Tráfico de pessoas no Sudeste Asiático coloca brasileiros em risco

Ministério das Relações Exteriores formulou cartilha com orientações sobre falsas promessas de emprego em países como Camboja e Mianmar

**DESCONFIE DE PROPOSTAS
"ENCANTADORAS"**

Reprodução



Henrique Nunes

O relatório mais recente do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), publicado em 2024, aponta números alarmantes sobre casos de tráfico de pessoas no mundo.

De acordo com o documento, mais recente do UNODC, houve aumento de 25% nas detecções globais, mais da metade desse montante representado mulheres e meninas. No Brasil, a tendência de alta se repete, com crescimento de 20% nas denúncias entre 2023 e 2024 e um salto de 31% nos inquéritos registrados pela Polícia Federal.

A partir de novas evidências de que países do Sudeste Asiático têm buscado recrutar brasileiros e brasileiras, o Ministério das Re-

lações Exteriores veio a público alertar a população sobre os riscos apresentados por meio de falsas promessas de emprego.

“O Sudeste Asiático tem se consolidado como o principal foco de tráfico de cidadãos brasileiros para exploração laboral, representando grave e crescente preocupação para as Embaixadas do Brasil na região”, apontou em nota o Itamaraty.

Diante desse cenário, prosseguiu o texto, a pasta recomenda não aceitar ofertas de trabalho no Sudeste Asiático que prometam ganhos elevados, contratação rápida ou intermediação informal.

Orientações

O MRE, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e com a Defensoria Pública da União (DPU) formulou uma cartilha destinada a orientar na identificação dos riscos e até mesmo na busca por repatriação

quando o cidadão já tiver emigrado e se encontrar em situação de emergência.

No material também constam dados sobre o perfil das vítimas: os brasileiros aliciados são, em sua maioria, jovens com conhecimentos em informática. Eles costumam ser recrutados por meio de redes sociais com falsas promessas de emprego em call centers ou supostas empresas de tecnologia.

Oferta de salários competitivos, supostas comissões por ativos vendidos e passagens aéreas e hospedagem, alertam o documento, costumam ser uma isca para atrair as vítimas brasileiras.

Decreto assinado por Lula

Em 2024, o governo federal publicou, no Diário Oficial da União, decreto presidencial que institui o 4º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, documento que reforça os princípios e diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Apresentada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a iniciativa busca ampliar e aperfeiçoar a atuação de órgãos e entidades públicas, além de promover a prevenção, a proteção às vítimas e a punição dos criminosos.

Assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro Ricardo Lewandowski, o Decreto nº 12.121 reafirma objetivos, eixos estratégicos, ações prioritárias e atividades que devem nortear as políticas públicas setoriais em todo o país pelos próximos cinco anos (2024/2028).

03/03/1947

‘Asa-branca’ põe o baião nas paradas

O sanfoneiro Luiz Gonzaga e o letrista Humberto Teixeira lançam “Asa-branca”, terceira parceria da dupla, com o tema da migração nordestina para o Rio e para São Paulo.

“Asa-branca” faria tanto sucesso que consagraria o baião como um dos gêneros mais populares do país. O tema da canção seria constante nas composições da dupla: o exílio rural imposto aos retirantes da seca, a separação do amor, a saudade antecipada dos entes queridos e a esperança de retorno.

Gonzaga e Teixeira, eles próprios retirantes, pensaram a canção no ritmo da fuga. “Asa-branca’ tem a cadência do povo andando, marchando. E minhas toadas também são cadência do povo retirante”, diria mais tarde o Rei do Baião — como Gonzaga ficaria conhecido.

Gonzaga tomou emprestado o baião e o lundu baiano da música regional nordestina e adaptou o som rural do sertão a uma base sonora própria. Em vez de viola, rabeca, pandeiro e botija de barro, adotou uma combinação dos sons da sanfona, da zabumba e do triângulo, dando alegria e balanço à “música do norte”.

Gonzaga também manteve expressões e temáticas regionais, que estabeleceram grande identidade entre ele e o público retirante, que também se reconheceu na indumentária peculiar usada pelo sanfoneiro durante toda a sua carreira: chapéu de couro cru, gibão de vaqueiro sertanejo, alpercata e sanfona prateada.



03/03/1936

Preso o escritor Graciliano Ramos

O autor de “Caetés” e “S. Bernardo”, funcionário da Secretaria de Educação de Alagoas e ex-prefeito de Palmeira dos Índios é preso em sua residência, em Maceió, sem que nenhuma acusação tenha sido formalizada.

Graciliano ficaria encarcerado até janeiro do ano seguinte. De Maceió, logo foi transferido para o Recife e de lá, com outros 115 presos políticos, para o Rio de Janeiro, no navio “Manaus”.

Em 27 de outubro de 1953, a Livraria José Olympio Editora publicaria, postumamente (Graciliano havia morrido em janeiro daquele ano, aos 60 anos), sua obra autobiográfica “Memórias do Cárcere”, o mais contundente relato das violências nas prisões da ditadura Vargas.

O relato, que narra os dez meses em que o autor esteve preso, fala de nada menos que 237 personagens (segundo levantamento do cineasta Nelson Pereira dos Santos, que levou o livro às telas em 1984), com os quais Graciliano dividiu celas no navio-prisão, em delegacias, na Colônia Corre-

cional Dois Rios, em Ilha Grande e na Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Os presos, políticos ou comuns, são retirados do anonimato: os primeiros, resgatados da violência da tortura e do cárcere; os últimos, da miséria que antecedeu a dupla marginalidade — social e legal.

“Memórias do Cárcere” teria ampla repercussão política e causaria desconforto ao então Partido Comunista do Brasil (PCB), por denunciar a colaboração do seu antigo secretário-geral, Antônio Maciel Bonfim (o “Miranda”), com a polícia política do governo Vargas. Também seria um incômodo para o segundo governo de Getúlio Vargas, que ascendera ao poder pelo voto três anos antes do lançamento do livro.

No meio intelectual, todavia, “Memórias do Cárcere” nasceria como um clássico. Seria saudado por Antonio Candido, Gilberto Freyre, Oswald de Andrade, José Lins do Rego e muitos outros, vendendo 10 mil exemplares em apenas 45 dias.



01/03/1930

Brasil escolhe novo presidente

Com 1.091.709 votos, o candidato governista Júlio Prestes é eleito o novo presidente da República. Seu adversário, Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, teve a preferência de apenas 742.794 eleitores. Minervino de Oliveira, candidato do Bloco Operário e Camponês, patrocinado pelo Partido Comunista, obteve 720 votos.

O resultado não surpreendeu a ninguém. Como em todas as eleições desde a Constituição de 1891, o pleito estava longe de ser democrático. Prova disso é que a maioria da população nem tinha cidadania política. Mulheres, mendigos, religiosos em comuni-

dades clausurais, soldados, anal-fabetos e menores de 21 anos não podiam votar. Só eram considerados eleitores os homens maiores de 21 anos e alfabetizados.

Os coronéis e poderosos abusavam do poder econômico e político, controlando seus empregados. No interior, imperava o chamado “voto de cabresto”. O voto, embora formalmente secreto, na prática era aberto. A cédula de cada candidato era de uma cor diferente. Ao ser depositada na urna, podia ser facilmente identificada.

As denúncias de fraude ocorriam de maneira frequente em

todo o país. Os registros de eleitores não eram confiáveis, sendo comuns os casos de mortos que ressuscitavam nas urnas. Depois do pleito, era frequente a falsificação das atas de juntas eleitorais, isso sem falar na violência que ocorria nas redondezas onde havia seções eleitorais, coagindo adversários políticos.

Só que em 1930 a campanha esquentou. Mesmo assim, nem todos os eleitores compareceram. Dos 2.525.000 eleitores inscritos, somente 1.900.256 depositaram seus votos para presidente.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE



Centro de
Documentação e
Resistência Política
Sérgio Buarque
de Holanda